

# Servidores públicos ativos e inativos do Estado do Rio Grande do Sul, de 1991 a 2016: elementos para o debate\*

Róber Iturriet Avila\*\*

João Santos Conceição\*\*\*

Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) na Fundação de Economia e Estatística (FEE).

## Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as alterações no quadro dos servidores públicos ativos e inativos do Estado do Rio Grande do Sul entre 1991 e 2016. Uma das conclusões, a partir da verificação dos dados, é a redução expressiva do número de vínculos de servidores públicos ativos do Estado. A hipótese aventada é que a diminuição do contingente de servidores possui relação com o desalento monetário, uma vez que, nas áreas com menores salários, há maior saída voluntária do serviço público. Essas mudanças ocorrem no momento em que há uma crise nas finanças públicas, sinalizando uma possível redução dos serviços públicos.

**Palavras-chaves:** servidores públicos; serviços públicos; Rio Grande do Sul

## Abstract

*This article aims to analyze the changes in the groups of active and inactive public servants of the State of Rio Grande do Sul between 1991 and 2016. From the analysis of the data studied, one of the conclusions drawn is that there was a significant reduction in the number of active servants in the state. It is suggested that the decrease in the total number of servants is related to monetary discouragement, since the resignation rate is higher in the areas with lower wages. These changes occur along with a serious crisis in public finances and indicate a possible reduction of public services.*

**Keywords:** public servants; public services; State of Rio Grande do Sul

## 1 Introdução

---

Não é incomum identificar certo desconforto de membros da sociedade com serviços prestados pelo setor público. Presentemente, a disputa de ideias se dá, em grande medida, em relação ao “tamanho do Estado”. Em face dessa temática, este artigo tem como objetivo analisar um indicador do referido debate, qual seja, o quadro dos servidores públicos ativos e inativos do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1991 e 2016, uma vez que as informações anteriores a essa data não são suficientes para análise.

---

\* Artigo recebido em 13 fev. 2017.

Revisora de Língua Portuguesa: Elen Jane Medeiros Azambuja

\*\* E-mail: rober@fee.tche.br

\*\*\* E-mail: joaoconceicao@edu.unisinos.br

As informações que serão expostas auxiliam em algumas reflexões acerca do Estado, embora não contemplem a total determinação e complexidade do tema. A partir da verificação dos dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, é possível observar a trajetória declinante, ao longo do tempo, do número de vínculos de servidores públicos ativos. Uma das conclusões é que tais informações desmistificam a retórica de uma ampliação na máquina estatal do Rio Grande do Sul.

Após esta **Introdução**, o artigo apresentará, numa segunda seção, informações sobre os servidores públicos em atividade. Além da redução do número de servidores, observa-se que a relação entre os vínculos de servidores públicos ativos e a população total do Rio Grande do Sul cai com intensidade durante o período analisado.

Subsequentemente, em uma terceira parte, serão expostas as informações da seção anterior referente aos servidores públicos inativos. Como consequência da diminuição do número de servidores ativos, aumentou, de maneira expressiva, o número de servidores públicos inativos. A seção também destaca que o contingente pensionistas vem caindo ao longo do tempo.

Na quarta seção, serão apresentadas as variações no salário real médio dos respectivos poderes e setores do Estado. Uma hipótese aventada é que a redução do número de servidores possui relação com o desalento monetário, uma vez que foram nas áreas com menores salários que se observaram quedas mais acentuadas no total de servidores ativos. Essas mudanças ocorrem no momento em que há uma crise nas finanças públicas e sinaliza uma possível piora dos serviços públicos devido à redução de servidores nas respectivas áreas. Por fim, na última seção, estão registradas algumas considerações finais.

## 2 Servidores públicos na ativa do Estado do Rio Grande do Sul

---

O debate acerca do “tamanho do Estado” é um tema candente e permeado de controvérsias.<sup>1</sup> Para que uma análise acurada seja efetuada, é imprescindível a observação de dados que embasem conclusões. No caso do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, a partir dos dados da Secretaria da Fazenda, é possível observar a trajetória declinante, ao longo do tempo, do número de vínculos de servidores públicos ativos do estado gaúcho.

Como os dados disponibilizados não apresentam continuidade metodológica, a análise não é uniforme do ponto de vista temporal. Uma das falhas na fonte dos dados é a alternância, ao longo do tempo, nas divulgações entre “vínculos” e “matrículas”. Diante da impossibilidade de diferenciá-las, a análise foi efetuada a partir do que a Secretaria da Fazenda divulgou. Outra falha é que, em alguns anos, o Ministério Público está incluso no Poder Executivo e, em outros, separado. Contudo, essa falha pôde ser corrigida, destacando os vínculos do Ministério Público. Além disso, ao longo do tempo, houve alterações na estrutura do Poder Executivo, as quais estão apontadas no artigo. Ainda, por vezes, os inativos são contabilizados entre os pensionistas e, em outras, não. Nessa medida, a análise a seguir considerou ambas as categorias separadamente.

O Gráfico 1 mostra que o contingente de vínculos de servidores públicos ativos correspondia a 184.554 em dezembro de 1991 e passou a 156.652 em dezembro de 2016.<sup>2</sup> A redução foi, portanto, de 27.902 (-15,1%). A diminuição dos vínculos ativos em relação à população foi mais acentuada ainda, já que a população do Estado do Rio Grande do Sul aumentou 23,5% no período. Caso a proporção se mantivesse desde 1991, haveria 227.924 vínculos de servidores públicos ativos em dezembro de 2016.<sup>3</sup> A alteração técnica, sobretudo a informatização,

---

<sup>1</sup> Cumpre recordar que as atribuições do Estado nos diversos países retratam as disputas das ideias e das forças políticas em cada localidade. Sobretudo após a crise de 1929, com a retração do consumo e a ampliação do desemprego em escala global, o “livre mercado” e a não intervenção do Estado passaram a ser contestados, assim como o processo de acumulação extremamente desigual e a oligopolização da economia. Tais circunstâncias abriram espaço para a formação de partidos operários e trabalhistas. A confluência do crescimento dessas forças à esquerda, com a fragilização do liberalismo econômico, a eclosão das guerras mundiais e a “ameaça comunista” estabelecida pela ordem internacional constituíram o ambiente propício para a edificação do *welfare state*. A nova concepção de Estado permitiu a distribuição da renda por meio de políticas públicas (Avila; Giulian, 2014; Piketty, 2014). Esse processo se intensificou após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. A fim de financiar os novos serviços estatais, impostos foram criados e/ou ampliados.

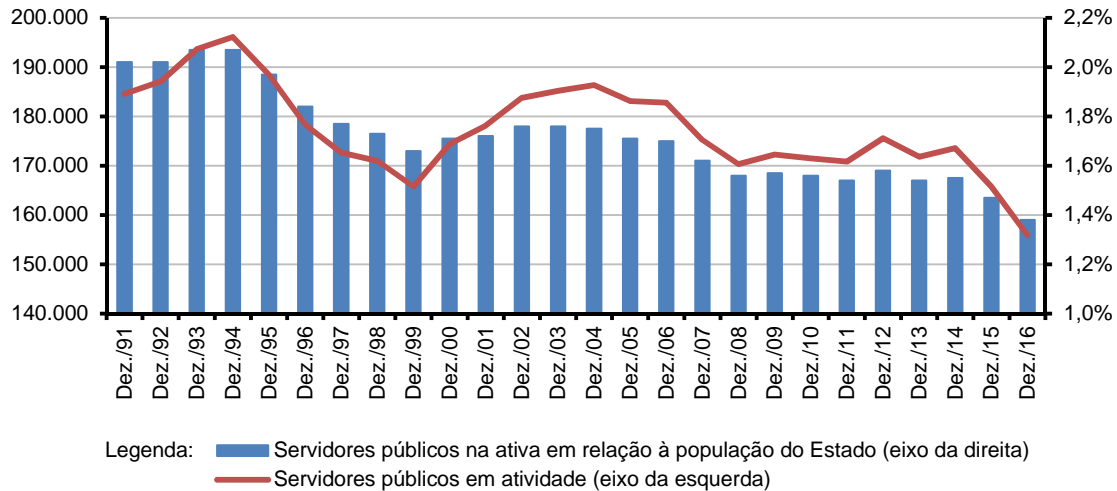
<sup>2</sup> Não serão considerados no artigo dados de empresas e outras instituições de economia mista, as quais possuem receitas próprias e, na maior parte, são lucrativas. Ainda que a análise dessas empresas seja também relevante, fogem do escopo deste artigo. Os dados retratados neste estudo serão da estruturação dos três poderes da administração direta (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário), da administração indireta (autarquias e fundações) e do Ministério Público.

<sup>3</sup> As décadas de 80 e 90 foram marcadas pela implementação das recomendações efetuadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), as quais visavam os equilíbrios fiscal e das contas externas. Nesses termos, a chamada reforma estrutural se tornou um imperativo. Dentre as políticas prescritas, são notáveis o controle da inflação, a inibição do controle de capitais, as privatizações, o equilíbrio fiscal, as desregulamentações, a redução da intervenção estatal e o aumento da concorrência bancária. Na década de 90, a perspectiva liberal ganhou cor-

não é devidamente considerada no artigo. Contudo, cabe apontar que, durante o período em análise, houve significativos ganhos de eficiência na administração pública com a informatização, uma vez que ela reduziu etapas do processo burocrático, como catalogação, arquivamento, coleta de dados, contabilização do fluxo de caixa, editoração, além de outros processos administrativos que foram informatizados.

Gráfico 1

Número servidores públicos na ativa e em relação à população total do Estado do Rio Grande do Sul — 1991-2016



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).  
 Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (2016).  
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

NOTA: Os dados da população nos anos de 1991 e 2000 são do **Censo Demográfico**. Os demais são estimativas e projeções.

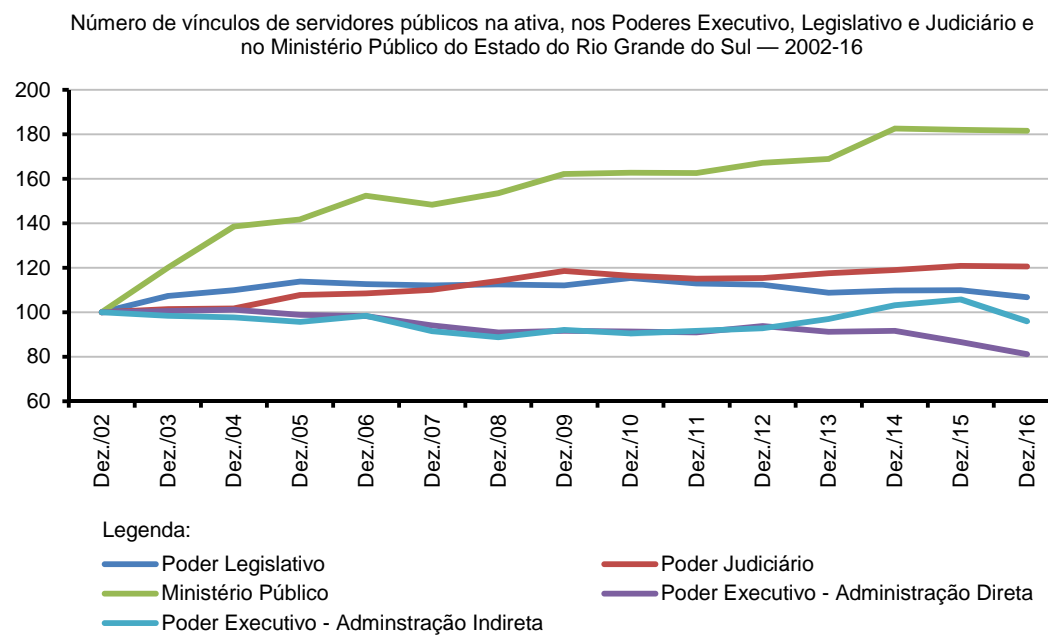
Os dados de dezembro de 2016 apontam que 84,9% de todos os servidores públicos ativos estavam alocados no Poder Executivo (administração direta). A Secretaria da Educação possuía o maior número de vínculos, sendo responsável por 56,8% dos ativos. Na sequência, vem a Brigada Militar, representando 13,2%, e a Polícia Civil, com 3,5%. As autarquias e fundações da administração indireta detinham 5,8%. Já o Poder Judiciário, incluindo a Justiça Militar, detinha 5,9% dos vínculos ativos, enquanto o Ministério Público, 1,9%. O Poder Legislativo, que é composto pela Assembleia Legislativa e pelo Tribunal de Contas do Estado, representava 1,6% dos vínculos ativos dos servidores públicos.

O detalhamento dos dados por poderes, Ministério Público, secretarias e administração indireta está mais especificado pela Secretaria da Fazenda a partir do ano de 2002. Ao fazer uma análise do Gráfico 2, percebe-se que apenas o Poder Executivo (administrações direta e indireta) apresenta tendência de queda no número de vínculos de servidores públicos ativos. Em dezembro de 2002, o Poder Judiciário possuía 7.685 servidores públicos ativos; no mês de dezembro de 2016, no entanto, esse número passou para 9.179 (+19,4%). No mesmo período, o Ministério Público também ampliou o contingente de servidores ativos de 1.627 para 2.980 (+83,2%). O Poder Legislativo apresentou um aumento no número de servidores públicos ativos de 2.269 para 2.435 (+7,3%). Por outro lado, houve redução na administração direta do Poder Executivo: o total de servidores públicos em atividade passou de 162.667 em dezembro de 2002 para 132.969 em dezembro de 2016 (-18,3%). Já a administração indireta reduziu os vínculos de 9.514 para 9.089 nesse mesmo intervalo de tempo (-4,5%).<sup>4</sup>

po nas administrações do Rio Grande do Sul. Por consequência, ocorreu uma expressiva redução dos servidores do Estado. Tais medidas supostamente desencadeariam mais eficiência e equilíbrio nas contas. No momento em que o FMI acentuava as vantagens de um mercado financeiro internacional livre, os Estados nacionais e regionais reduziram a ação na economia, a estrutura de Estado e deixaram a cargo do mercado as “políticas” de crescimento. Para tanto, os governos não reduziram a austeridade e nem as políticas recessivas. Para demonstrar os “bons fundamentos” da economia, os países removiam a regulamentação e aceitavam a liberalização, absorvendo sacrifícios em nome da disciplina. A ideologia da eficiência alocativa era transmitida pelos organismos internacionais e absorvida pelos governos nacionais e regionais. Para equilibrar os recorrentes *deficits*, segundo os cânones clássicos, dever-se-ia implementar políticas fiscal e monetária restritivas. Adicionalmente, a recomendada redução do Estado na economia teria o papel de dissipar a ineficiência. Ainda que as concepções de mundo não sejam o objeto deste artigo, são tais visões que embasam decisões políticas de ampliar ou reduzir a atuação do Estado, a amplitude dos serviços públicos prestados e, portanto, o número de vínculos de servidores.

<sup>4</sup> Ver a Tabela A.1 no **Apêndice**.

Gráfico 2



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

NOTA: Os índices têm como base 2002=100.

A Secretaria da Educação foi a que mais reduziu o número de vínculos ativos em termos absolutos, tendo saído de 111.484 para 88.895 (-20,3%) entre dezembro de 2002 e dezembro de 2016. Importa considerar que houve também redução nas matrículas de alunos, nas escolas estaduais. Em 2002, eram 1,45 milhão de alunos; em 2015, passaram a 944 mil alunos — uma redução de 32,83%. No mesmo período, o número de alunos do ensino privado saiu de 361,2 mil para 415,6 mil (+15%). Tais alterações são explicadas pela redução do crescimento demográfico e pela migração de parte dos alunos da rede pública para a rede privada, sobretudo entre 2007 e 2015 (INEP, 2016), o que pode ter ocorrido devido à elevação de 9,89% da renda *per capita* nesse íterim (FEE, 2017).

Na Brigada Militar, houve também uma variação expressiva no número de vínculos ativos, que saiu de 25.397 para 20.551 (-19,1%). Já na Secretaria da Saúde, eram 6.394 e passaram a 4.038 (-36,9%). Cabe destacar que, nesse período, a saúde pública passou por um processo de municipalização. Em 2008<sup>5</sup>, eram 5.835 servidores públicos em atividade, na Polícia Civil, sendo que, no mês de dezembro de 2016, passaram a ser 5.504 (-6,4%). A redução de vínculos ativos foi de 30.122 nas áreas da educação, da saúde e da segurança.<sup>6</sup> O Gráfico 3 expõe tais variações.

É notável a redução ocorrida nos anos de 2015 e 2016. Esse período coincide com a agudização da crise financeira vivenciada pelo Estado do Rio Grande do Sul. A partir de janeiro de 2015, foram adotadas algumas políticas, como corte de horas extras, não pagamento de promoções, fim do abono que policiais militares aposentáveis recebiam para continuar na ativa, suspensão de gratificação à permanência de professores, parcelamento de salários e do 13º salário. Esses fatores podem ter contribuído para a diminuição dos vínculos dos servidores públicos ativos.<sup>7</sup>

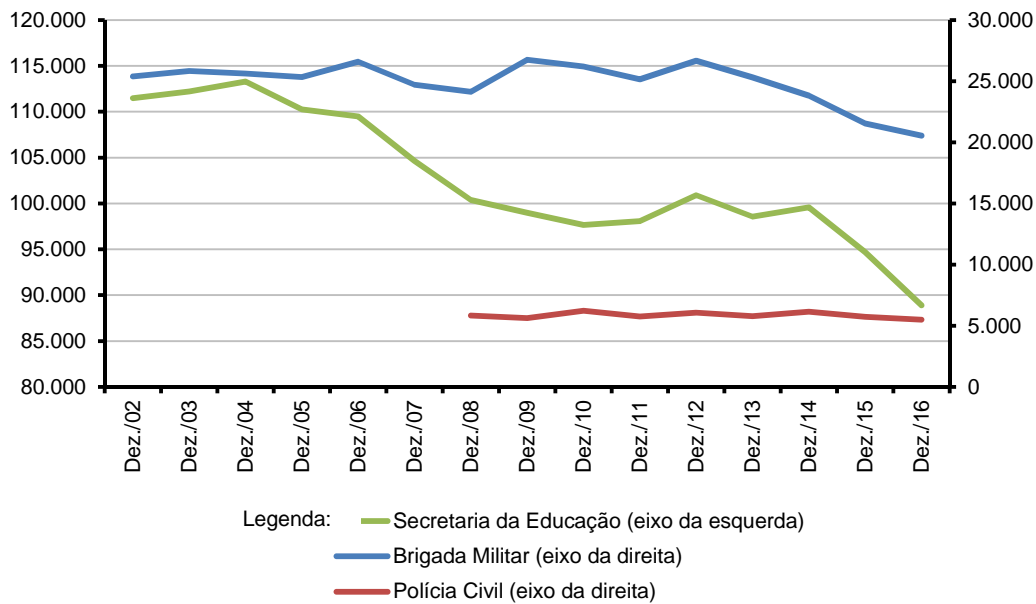
<sup>5</sup> Somente a partir de 2008, os dados dos servidores da Polícia Civil passaram a ser divulgados separadamente dos dados dos demais servidores públicos da Secretaria de Segurança.

<sup>6</sup> Para além dos serviços tidos como prioritários (educação, saúde e segurança), a ação do Estado, distribuída ao longo dos três entes federativos, está na luz dos postes, nas estradas, nos calçamentos, no transporte urbano, no transporte aéreo, no recolhimento do lixo, na destinação do esgoto, na defesa territorial. Há também Estado na forma de subsídios que garantem a energia elétrica, a produção de alimentos, a vigilância sanitária, a prevenção e a reconstrução diante de desastres naturais, a erradicação da pobreza, a promoção da cidadania, a assistência aos desabrigados, o zelo e a proteção de crianças e adolescentes vulneráveis, o investimento em conhecimento, a aquisição de imóveis e o avanço técnico. Há Estado nas políticas de geração de emprego e de desenvolvimento econômico. Ele está também na seguridade social, ou seja, nas aposentadorias, nas pensões por morte, nos auxílios-maternidade e nas aposentadorias por invalidez. O Estado permite a mediação e o julgamento dos conflitos, a reclusão de malfeitores, a orientação jurídica aos necessitados, além da própria organização das regras que permitem ao cidadão viver de forma civilizada e não no caos e na guerra, como foi marcada a história humana.

<sup>7</sup> O número de vínculos de servidores ativos na Secretaria da Educação caiu 9.987 (-10,0%) entre 2015 e 2016. O contingente de inativos aumentou 5.625, ou seja, 4.367 se exoneraram ou faleceram e, portanto, deixaram o serviço público. Na Brigada Militar, houve uma redução de 3.994 (-16,8%). O total de brigadianos inativos aumentou em 2.567, pois 1.427 se exoneraram ou faleceram. Já na Polícia Civil, a redução foi de 685 servidores (-11,1%). No mesmo período, o número de servidores ativos vinculados à Secretaria da Saúde diminuiu em

Gráfico 3

Número de vínculos de servidores públicos na ativa na Secretaria da Educação, na Brigada Militar e na Polícia Civil, do Estado do Rio Grande do Sul — 2002-16



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

A hipótese apresentada acima não é descabida. A maior diminuição no número de servidores públicos ativos ocorreu exatamente quando essas medidas foram tomadas. Por exemplo, somente entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016, o contingente de servidores na ativa caiu 16.921. Isso significa que, em apenas 24 meses, a queda no número de vínculos ativos foi 60,6% superior ao que aconteceu entre dezembro de 1991 e dezembro de 2014. Adicionalmente, as nomeações não foram suficientes para repor o quadro, sinalizando uma possível redução dos serviços públicos.

Tais informações podem embasar reflexões acerca dos impactos desse expressivo processo de desligamento sobre os serviços públicos prestados à população do Rio Grande do Sul tanto no presente quanto no futuro, uma vez que alterações dessa natureza são percebidas em um período mais extenso. A seção seguinte apresentará as informações referentes aos servidores públicos inativos.

### 3 Servidores públicos inativos do Estado do Rio Grande do Sul

A participação dos servidores inativos é semelhante a dos ativos, com exceção dos da administração indireta, uma vez que a maioria dos servidores inativos das fundações recebem proventos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).<sup>8</sup> Como consequência da diminuição do número de vínculos dos servidores ativos no Estado do Rio Grande do Sul, aumentou o número de servidores inativos, conforme se observa no Gráfico 4.<sup>9</sup> Em dezem-

452 (-9,9%); já o dos inativos aumentou 139. Nessa medida, ignorando-se os óbitos de inativos, 43,0% dos servidores públicos que saíram da Secretaria da Educação se exoneraram. Já na Brigada Militar, foram 35,0% e, na Secretaria de Saúde, 69,2%.

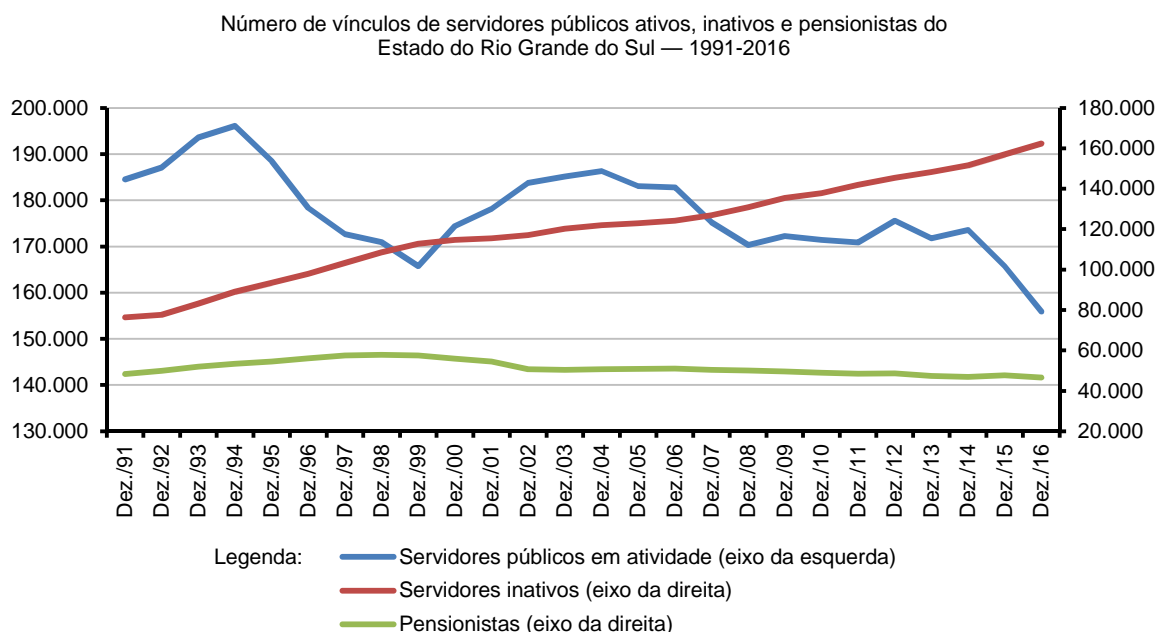
<sup>8</sup> Há uma exceção aos empregados das fundações que ingressaram no serviço público cinco anos antes da Constituição Federal do Brasil de 1988. Esses puderam optar pelo regime especial de reforço dos proventos (Lei n.º 13.437/2010). Esse reforço corresponde à aplicação do coeficiente 0,8 sobre a diferença apurada entre a base de cálculo e o valor de benefício de aposentadoria.

<sup>9</sup> Existem três regimes de previdência no Estado do Rio Grande do Sul. Os servidores que ingressaram antes de 15 de julho de 2011 integram o Regime Próprio de Previdência Social, que é baseado no sistema de repartição simples e na solidariedade intergeracional. Nesse regime, as contribuições são descontadas dos servidores juntamente com as contribuições patronais. Em 2011, foram implementadas reformas que implantaram o sistema de capitalização, por meio dos fundos previdenciários: o Fundo de Previdência Civil e o Fundo de Previdência Militar. Em 15 de outubro de 2015, os servidores entrantes passaram a ter direito a aposentadoria limitada ao teto do INSS (Andreis, 2014).

bro de 1991, eram 76.405 servidores inativos, já em dezembro de 2016, esse número chegou a 162.684, ou seja, houve um crescimento de 112,9%.

Em 2016, o Poder Executivo (administração direta) detinha 93,4% dos servidores públicos inativos entre todos os três poderes e o Ministério Público. A Secretaria da Educação era responsável por 63,9%. Na sequência, estava a Brigada Militar, representando 14,8%, e a Polícia Civil, com 3,5%. As fundações e as autarquias da administração indireta representavam 2,9%. O Poder Judiciário, incluindo a Justiça Militar, representava 2,7% dos vínculos inativos, enquanto o Poder Legislativo e o Tribunal de Contas do Estado representavam 0,8%. Por fim, o Ministério Público detinha 0,3%.<sup>10</sup>

Gráfico 4



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

Embora não esteja no escopo do artigo versar sobre os pensionistas, cabe destacar que, além da queda sistemática no número de vínculos de servidores públicos em atividade, há também uma tendência de diminuição no número de pensões. O número de pensionistas passou de 50.760 para 46.491 (-8,4%) entre dezembro de 1991 e dezembro de 2016.<sup>11</sup> Essa redução pode refletir o aumento da longevidade dos servidores e, por consequência, um menor tempo do benefício de pensão aos beneficiados.

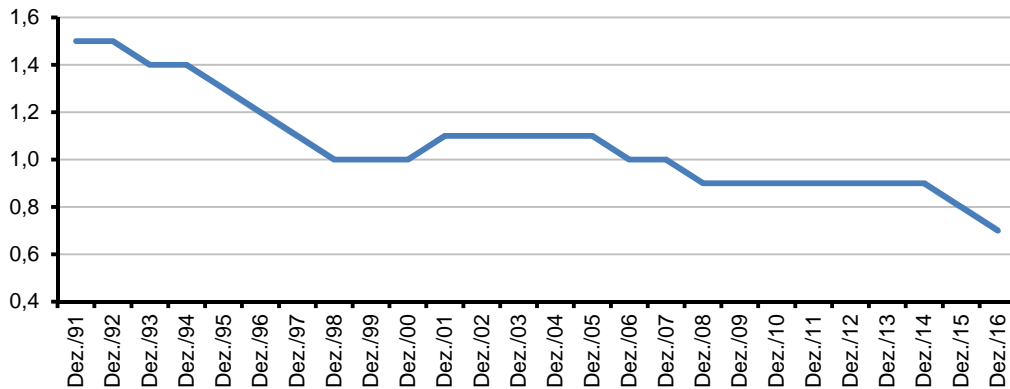
A partir de agosto de 2016, o número de servidores públicos inativos do Estado do Rio Grande do Sul passou a ser maior do que o de servidores públicos em atividade. Em dezembro de 1991, os ativos eram 59,7%, os inativos representavam 24,7%, e os pensionistas, 15,6%. O percentual de vínculos de ativos baixou para 42,8% em dezembro de 2016, enquanto o dos inativos passou a 44,5%, e o dos pensionistas, a 12,7% no mesmo período. O Gráfico 5 apresenta a queda da razão ativos/inativos, seja pela diminuição dos ativos, seja pela elevação dos aposentados.

<sup>10</sup> Ver a Tabela A.2 no **Apêndice**.

<sup>11</sup> Os dados do número de vínculos dos pensionistas dos três poderes da administração direta e do Ministério Público se referem ao total de pensões vitalícias e especiais. Tais pensões reduziram-se de 1.812 para 1.157 (-36,1%) entre dezembro de 1991 e dezembro de 2016. O detalhamento dessas pensões vitalícias e especiais está mais especificado a partir do ano de 2008. A redução no Poder Executivo foi de 1.065 em dezembro de 2008 para 849 no mês de dezembro de 2016 (-20,3%). O Poder Judiciário diminuiu de 157 para 100 (-31,8%), e o Poder Legislativo reduziu de 12 para 8 (-33,3%). Entretanto, no Ministério Público, as pensões saíram de 4 para 200 entre dezembro de 2008 e agosto de 2016 (+4.900,0%). Já o número de pensionistas das autarquias e fundações se refere às pensões por morte recebidas pelos dependentes de servidores públicos filiados ao Regime Próprio de Previdência Social do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS). O total dessas pensões reduziu-se de 48.948 para 45.334 (-7,38%) entre dezembro de 1991 e dezembro de 2016. Ressalta-se que, apesar de o número absoluto de pensionistas ser declinante, esses representavam 29,7% do total de servidores em atividade do Estado do Rio Grande do Sul, em dezembro de 2016.

Gráfico 5

Razão entre ativos e inativos/pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul — 1991-2016



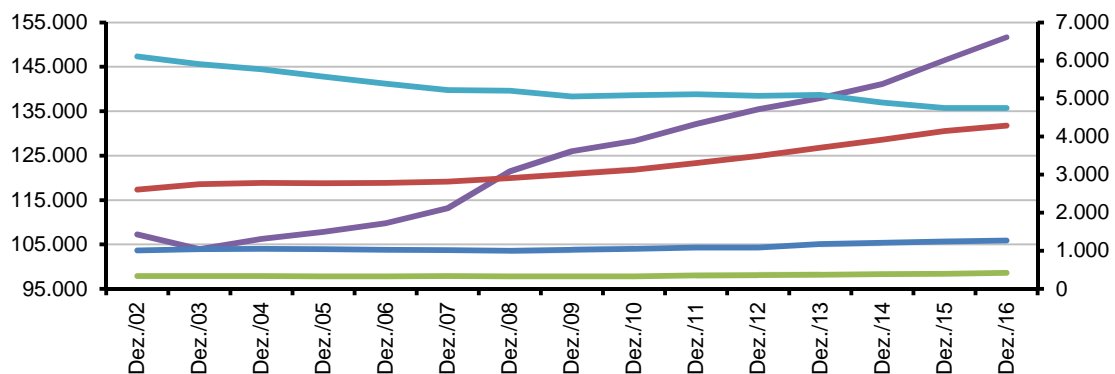
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

No Poder Judiciário, os inativos passaram de 2.609 em dezembro de 2002 para 4.362 em dezembro de 2016 (+67,2%). No mesmo período, o Poder Legislativo saiu de 1.007 para 1.305 (+29,6%), e o Ministério Público, de 335 para 419 (+25,1%). O número de vínculos de servidores públicos inativos no Poder Executivo aumentou de 107.255 para 151.913 (+41,6%) entre dezembro de 2002 e dezembro de 2016. O Gráfico 6 expõe que, enquanto os três poderes da administração direta e o Ministério Público apresentam elevação no número servidores inativos, as fundações e as autarquias da administração indireta do Estado do Rio Grande do Sul diminuíram esse número de 6.107 para 4.685 (-23,3%).

Ao se efetuar uma comparação com os números de servidores públicos ativos ligados aos serviços de educação, saúde e segurança também se percebe que o contingente de servidores inativos é maior. No intervalo entre dezembro de 2002 e dezembro de 2016, o número de servidores inativos na Secretaria da Educação aumentou de 70.089 para 104.014 (+48,4%). Na Brigada Militar, houve uma elevação de 14.385 para 24.044 (+67,1%). Já os servidores inativos vinculados à Secretaria da Saúde diminuíram de 6.394 para 5.368 (-16,0%). Na Polícia Civil, eram 4.180 em dezembro de 2008, passando a 5.757 no mês de dezembro de 2016 (+37,7%). O Gráfico 7 explicita tais incrementos.

Gráfico 6

Número de vínculos de servidores públicos inativos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – 2002-16



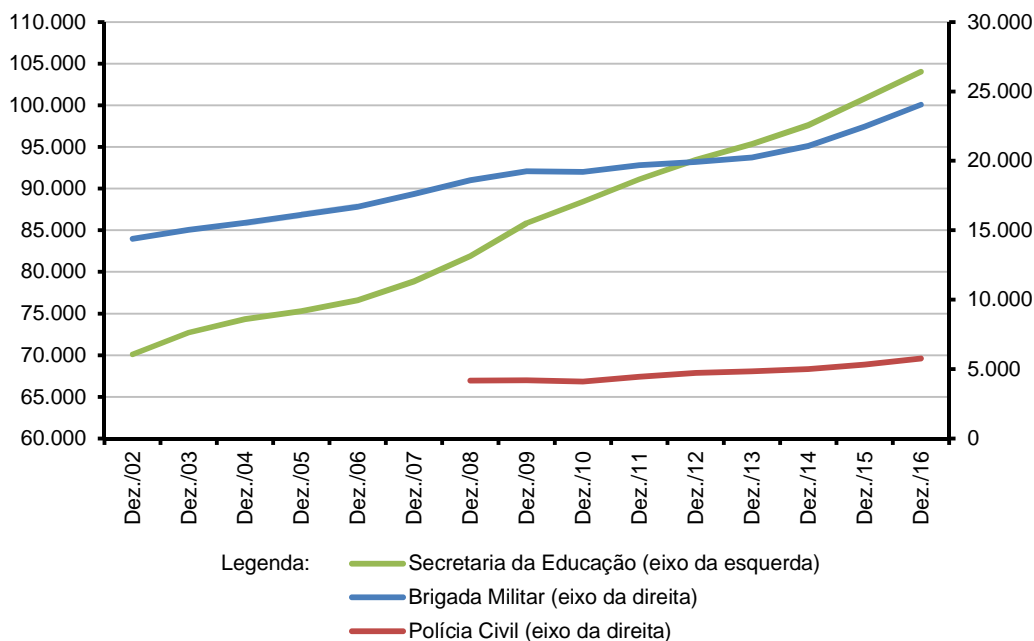
Legenda:

- Poder Executivo - Administração Direta (eixo da esquerda)
- Poder Legislativo (eixo da direita)
- Poder Judiciário (eixo da direita)
- Ministério Público (eixo da direita)
- Poder Executivo - Administração Indireta (eixo da direita)

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

Gráfico 7

Número de vínculos de servidores públicos inativos da Secretaria da Educação, da Brigada Militar e da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul — 2002-16



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

Observadas as variações no número de vínculos de servidores públicos ativos e inativos, convém agora averiguar as médias salariais dos respectivos poderes e setores do Estado. A próxima seção ajudará na compreensão da hipótese de que a redução do total de servidores públicos possui relação com o desalento monetário, uma vez que foi nas áreas com menores salários que se observaram mais exonerações voluntárias.

## 4 Salários dos servidores públicos ativos e inativos do Estado do Rio Grande do Sul

Um desconforto comum de membros da sociedade se refere aos salários dos servidores públicos. Em dezembro de 2016, o Estado do Rio Grande do Sul destinava R\$ 1,7 bilhão ao pagamento de vencimentos dos servidores públicos ativos e inativos. O Poder Executivo (administração direta) era responsável por 76,8% dos salários dos servidores públicos ativos e inativos (R\$ 1,3 bilhão). Os servidores ligados à Secretaria da Educação representavam 31,9% dos vencimentos dos servidores públicos (R\$ 550,9 milhões). A Brigada Militar e a Polícia Civil representavam 19,5% (R\$ 337,1 milhões) e 7,0% (R\$ 120,9 milhões) respectivamente. A participação na folha pagamento do judiciário foi de 10,4% (R\$ 179,4 milhões). A administração indireta, com as autarquias e fundações, detinha 5,1% (R\$ 86,7 milhões). O Poder Legislativo representava 4,4% (R\$ 76,0 milhões), e o Ministério Público, 3,4% (R\$ 58,9 milhões).<sup>12</sup> O Gráfico 8 explicita as proporções dos servidores públicos ativos e inativos em relação a suas respectivas remunerações.

No intuito de subsidiar conclusões acerca do retorno dos tributos pagos pelos cidadãos, é interessante observar, na Tabela 1, as médias de vantagens de alguns poderes e setores dos servidores públicos ativos e inativos no mês de dezembro de 2016. As disparidades salariais são bastante nítidas. Há diferenças também nos níveis de qualificação e no serviço público em si.

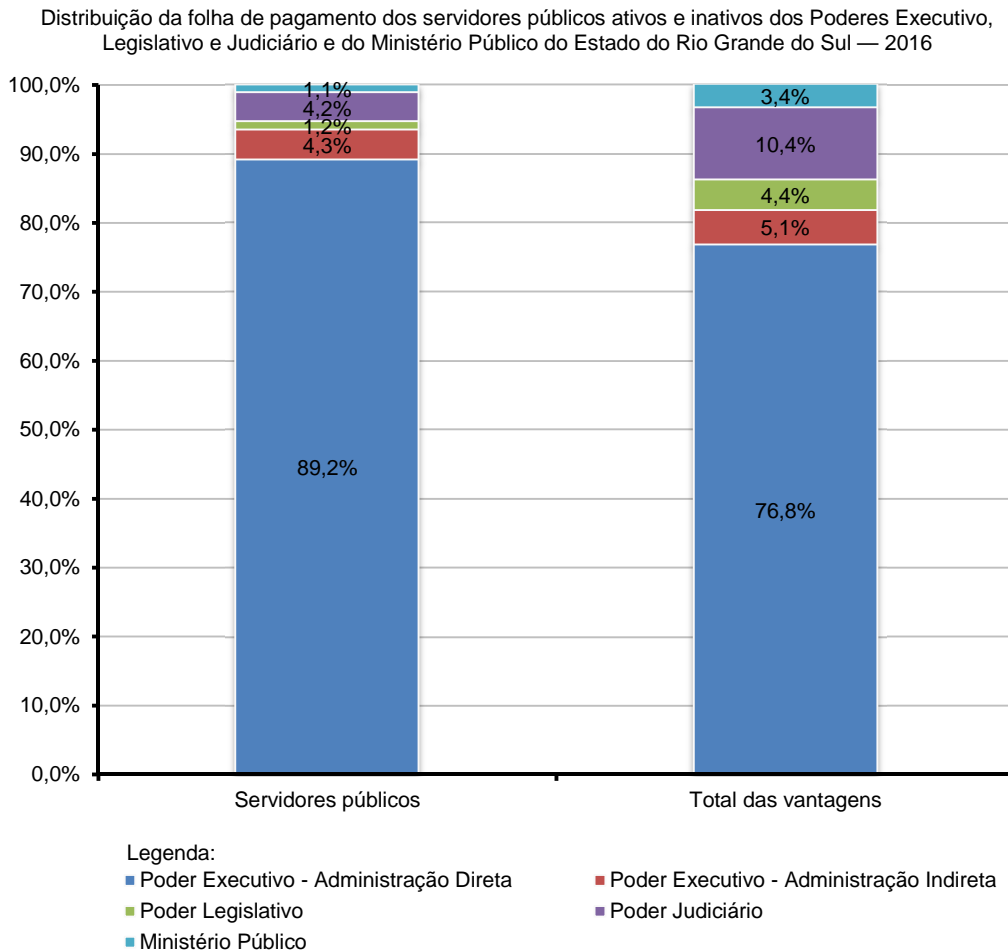
Ao se observar as médias salariais dos ativos, verifica-se uma desproporção significativa nos servidores vinculados ao Poder Legislativo tanto do Tribunal de Contas do Estado quanto da Assembleia Legislativa. Na Brigada Militar e no Poder Judiciário, as médias salariais dos inativos são mais do que 20% superiores às dos ativos. É preciso levar em conta que a maioria dos inativos se aposentou em final de carreira e, assim, acumulou vantagens

<sup>12</sup> Ver a Tabela A.3 no Apêndice.



que os ativos ainda não possuem. Outro apontamento relevante é que os servidores inativos da Secretaria da Saúde possuem média salarial inferior a dos ativos. A situação se repetiu também com os inativos das autarquias. Nos dois casos, as razões são desconhecidas.

Gráfico 8



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

Tabela 1

Médias salariais dos servidores públicos ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – 2016

PODERES E SETORES DO RS	MÉDIA SALARIAL DOS SERVIDORES ATIVOS (R\$)	MÉDIA SALARIAL DOS SERVIDORES INATIVOS (R\$)	VARIAÇÃO %
Autarquias .....	6.746,15	4.806,64	-28,8
Assembleia Legislativa (1) .....	11.800,91	23.568,86	99,7
Brigada Militar .....	6.288,01	8.645,59	37,5
Fundações .....	7.171,59	9.988,91	39,3
Justiça Militar .....	12.961,11	25.963,91	100,3
Ministério Público .....	16.403,86	23.897,54	45,7
Poder Executivo .....	4.377,04	4.886,43	11,6
Polícia Civil .....	9.873,25	11.560,00	17,1
Secretaria da Educação .....	2.591,70	3.080,94	18,9
Secretaria da Saúde .....	6.432,12	4.466,86	-30,6
Tribunal de Contas .....	19.577,22	38.767,78	98,0
Tribunal de Justiça .....	12.260,10	15.227,94	24,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

NOTA: Os dados das médias dos valores totais das vantagens excluem eventuais contribuições de assistências médicas, encargos, diárias e 13.º salário e folhas de pagamento complementares.

(1) A média salarial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul não inclui os salários dos Deputados Estaduais.

Os servidores públicos ativos do Poder Legislativo foram os únicos entre os poderes da administração direta a apresentar constante perda salarial. Os dados indicam uma perda real média dos servidores ativos de 23,7% entre dezembro de 2008<sup>13</sup> e agosto de 2016. Por outro lado, o Poder Executivo apresentou, nesse período, uma valorização real nos salários de 41,4%. Os servidores em atividade do Poder Judiciário e do Ministério Público obtiveram ganhos salariais reais de 9,0% e 16,1% respectivamente.<sup>14</sup>

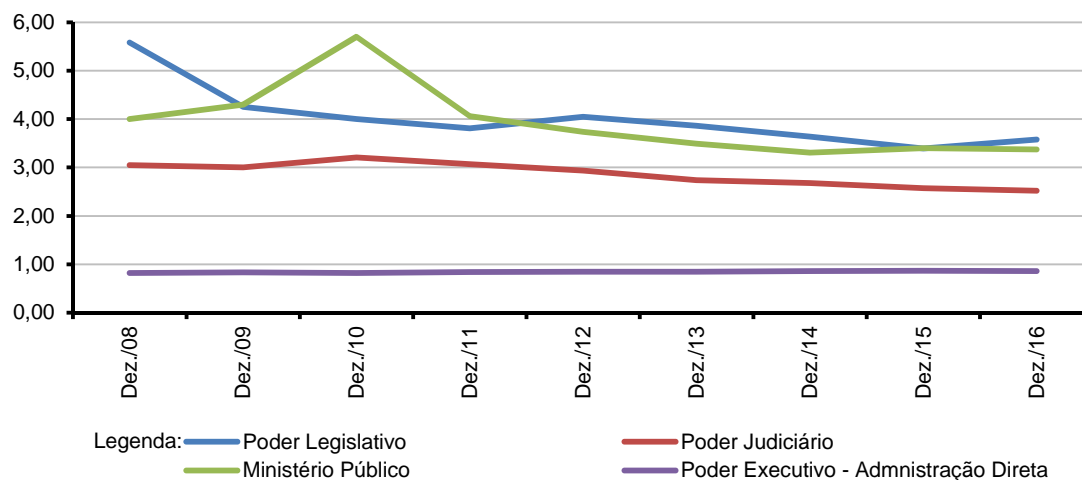
As áreas da educação, da saúde e da segurança contribuíram para que o Poder Executivo apresentasse elevados ganhos reais nos salários. Os servidores públicos da Brigada Militar em atividade obtiveram, em média, 78,5% de ganho real nos salários, entre dezembro de 2008 e agosto de 2016. Já na Polícia Civil, esses percentuais foram de 59,2%. O mesmo também aconteceu na Secretaria da Educação, em que os ganhos reais médios nos salários recebidos foram de 23,8%.

Também foi possível averiguar as variações proporcionais entre os poderes e os setores do Estado relativamente ao total de servidores. Foi calculada a variação do total das vantagens em relação ao total de vínculos dos servidores públicos ativos e inativos. Caso as razões sejam iguais a 1, a relação salários/vínculos é proporcional; se forem menores do que 1, a média salarial é inferior à de outros setores; se forem superiores a 1, a média salarial é maior.

No Poder Legislativo, houve uma redução dessa taxa, como é possível observar no Gráfico 9. Após atingir 5,6 em dezembro de 2008, passou para 3,6 no mês de dezembro de 2016. Isso quer dizer que a proporção dos salários do Legislativo em relação a do total de servidores caiu. A mesma situação se repetiu no Ministério Público, em que a taxa chegou a 5,7 em dezembro de 2010 e diminuiu para 3,4 no final do período analisado. A relação no Poder Judiciário também caiu: em dezembro de 2010 foi de 3,2 e passou a 2,5 em dezembro de 2016. Já no Poder Executivo, houve elevação: saiu de 0,8 para 0,9 entre dezembro de 2008 e dezembro de 2016. Tal elevação está relacionada aos ganhos médios reais nos salários, nas áreas de educação e segurança.

Gráfico 9

Variação do total das vantagens em relação ao total de vínculos dos servidores públicos ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul — 2008-2016



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

A despeito da redução real dos salários do Poder Legislativo e da respectiva elevação no Poder Executivo, frisa-se que a queda no número de servidores públicos ativos ocorreu de maneira expressiva nas áreas de educação, saúde e segurança, as quais possuem médias salariais menores em relação às dos demais poderes e setores do Estado. Saliente-se também que, nas categorias que não são tão afetadas pelos efeitos da crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul, não houve diminuição significativa no quadro de vínculos de servidores públicos na ativa.

<sup>13</sup> O detalhamento dos salários está disponível a partir de 2008. O cálculo da variação salarial média acumulada foi realizado com base fixa no ano de 2008 pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>14</sup> Não foi possível efetuar a estimativa para os servidores públicos da administração indireta, pois os valores das vantagens recebidas estão disponíveis somente a partir de 2016.

## 5 Considerações finais

---

Uma das justificativas para explicar a crise financeira de décadas no Rio Grande do Sul é o suposto inchaço da máquina pública. As breves informações trazidas acima auxiliam em algumas reflexões sobre o Estado. Uma delas é que os próprios dados da Secretaria da Fazenda desmistificam essa retórica.

O número de vínculos de servidores públicos em atividade reduziu em 27.902 (-15,1%) entre dezembro de 1991 e dezembro de 2016. O artigo também averiguou que a relação entre o número de servidores públicos estaduais e a população total gaúcha caiu ao logo do mesmo período — somente entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016 o total servidores na ativa caiu em 16.921, isto é, bem mais da metade da redução ocorrida desde dezembro de 1991. Isso aconteceu justamente no período em que houve parcelamento de salários e redução de salário real para algumas categorias.

Como consequência das aposentadorias dos servidores públicos ativos no Estado do Rio Grande do Sul, aumentou em 112,9% o número de vínculos de servidores públicos inativos. Em dezembro de 1991, eram 76.405 servidores inativos, já em dezembro de 2016, esse número chegou a 162.684. A partir de agosto de 2016, o contingente de servidores públicos inativos do Estado do Rio Grande do Sul passou a ser maior que o de servidores ativos.

Outra reflexão efetuada no artigo é que a referida alteração no quadro de servidores públicos talvez esteja associada ao desalento monetário. Apesar dos elevados ganhos reais obtidos pelos servidores públicos ativos e inativos nas áreas de educação e segurança, a queda no total de servidores ocorreu de maneira expressiva nessas áreas, as quais possuem médias salariais menores em relação às demais categorias de servidores públicos. Deve ser salientado também que o Poder Judiciário e o Ministério Público, por exemplo, não sofreram parcelamentos de salários nos anos de 2015 e 2016. Justamente nesses setores, não houve diminuição significativa no quadro de servidores públicos na ativa.

No que tange às médias salariais, nota-se uma grande desproporcionalidade entre os poderes. Entretanto, há uma tendência de redução da desproporção, sobretudo devido aos ganhos salariais reais para as áreas de educação e segurança, assim como a redução real dos salários do Poder Legislativo. Na comparação dos salários de ativos e de inativos, observa-se um desalinhamento grande no Poder Legislativo. No Poder Judiciário e na Brigada Militar, as médias salariais dos inativos também é consideravelmente superior a dos ativos.

As informações expostas no artigo podem embasar reflexões acerca dos impactos desse expressivo processo de desligamento sobre os serviços prestados à população, tendo em vista a redução progressiva do quadro dessas áreas tanto no presente quanto no futuro, uma vez que alterações dessa natureza são percebidas em um período mais extenso.

## Apêndice

Tabela A.1

Número de vínculos e total das vantagens dos servidores públicos ativos do Estado do Rio Grande do Sul — 2016

PODERES E SETORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	VÍNCULOS		VANTAGENS	
	Total	Percentual	Total	Percentual
<b>Poder Legislativo</b> .....	2.435	1,55	35.570.589	4,22
Assembleia Legislativa .....	1.556	0,99	18.362.212	2,18
Tribunal de Contas .....	879	0,56	17.208.377	2,04
<b>Poder Judiciário</b> .....	9.179	5,86	112.606.243	13,36
Justiça Militar .....	101	0,06	1.309.072	0,16
Tribunal de Justiça .....	9.078	5,80	111.297.170	13,21
<b>Ministério Público</b> .....	2.980	1,90	48.883.495	5,80%
<b>Poder Executivo — Administração Direta</b> .....	132.969	84,88	582.010.335	69,05
Brigada Militar .....	20.551	13,12	129.224.816	15,33
Coordenação de Comunicação .....	51	0,03	307.561	0,04
Defensoria Pública .....	856	0,55	16.780.533	1,99
Gabinete do Governador .....	93	0,06	594.614	0,07
Instituto-Geral de Perícias .....	908	0,58	8.031.391	0,95
Polícia Civil .....	5.504	3,51	54.342.391	6,45
Procuradoria Geral .....	1.112	0,71	15.522.800	1,84
Secretaria da Agricultura e Pecuária .....	1.281	0,82	7.527.702	0,89
Secretaria da Cultura .....	224	0,14	1.356.020	0,16
Secretaria da Casa Civil .....	297	0,19	1.786.397	0,19
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia .....	173	0,11	1.189.498	0,14
Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo .....	137	0,09	631.791	0,07
Secretaria da Educação .....	88.895	56,75	230.389.033	27,33
Secretaria da Fazenda .....	1.565	1,00	32.233.686	3,82
Secretaria Geral de Governo .....	32	0,02	226.428	0,03
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos .....	71	0,05	369.885	0,04
Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável .....	247	0,16	1.272.910	0,15
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos .....	1.250	0,80	8.984.764	1,07
Secretaria de Minas e Energia .....	24	0,02	146.294	0,02
Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação .....	288	0,18	2.075.822	0,25
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional .....	148	0,09	1.704.768	0,20
Secretaria da Saúde .....	4.038	2,58	25.972.915	3,08
Secretaria da Segurança Pública .....	330	0,21	2.946.072	0,35
Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer .....	60	0,04	341.671	0,04
Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social .....	73	0,05	365.171	0,04
Secretaria dos Transportes e Mobilidade .....	55	0,04	278.038	0,03
Superintendência de Serviços Penitenciários .....	4.706	3,00	37.407.364	4,44
<b>Poder Executivo — Administração Indireta</b> .....	9.080	5,80	64.044.484	7,60
Fundações .....	5.765	3,68	41.344.213	4,91
Fundação de Amparo à Pesquisa .....	42	0,03	198.295	0,02
Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades .....	122	0,08	625.995	0,07
Fundação de Atendimento Socioeducativo .....	1.674	1,07	13.252.124	1,57
Fundação de Ciência e Tecnologia .....	224	0,14	1.759.092	0,21
Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos .....	79	0,05	473.671	0,06
Fundação do Esporte e Lazer .....	24	0,02	123.635	0,01
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser .....	161	0,10	1.764.666	0,21
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária .....	217	0,14	1.064.917	0,13
Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler .....	334	0,21	3.390.093	0,40
Fundação de Proteção Especial .....	794	0,51	5.372.381	0,64
Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional .....	128	0,08	795.469	0,09
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde .....	130	0,08	473.721	0,06
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha .....	289	0,18	2.414.106	0,29
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social .....	558	0,36	2.422.041	0,29
Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore .....	9	0,01	45.913	0,01
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre .....	96	0,06	787.028	0,09
Fundação Piratini .....	245	0,16	1.492.752	0,18
Fundação Teatro São Pedro .....	13	0,01	71.204	0,01
Fundação Zoobotânica .....	188	0,12	1.152.685	0,14
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul .....	438	0,28	3.664.426	0,43
Autorarquias .....	3.324	2,12	22.424.217	2,66
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Delegados .....	75	0,05	702.211	0,08
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento .....	54	0,03	385.535	0,05
Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem .....	1.291	0,82	5.463.665	0,65
Departamento Estadual de Trânsito .....	806	0,51	7.438.610	0,88
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	413	0,26	2.486.155	0,29
Instituto Rio Grandense do Arroz .....	258	0,16	1.076.321	0,13
Superintendência de Porto do Rio Grande .....	229	0,15	3.308.305	0,39
Superintendência de Portos e Hidrovias .....	198	0,26	1.563.415	0,19
<b>TOTAL</b> .....	156.652	100,00	842.839.092	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

Tabela A.2

Número de vínculos e total das vantagens dos servidores públicos inativos do Estado do Rio Grande do Sul — 2016

PODERES E SETORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	VÍNCULOS		VANTAGENS	
	Total	Percentual	Total	Percentual
<b>Poder Legislativo</b> .....	1.305	0,80	40.393.476	4,58
Assembleia Legislativa .....	671	0,41	15.814.702	1,79
Tribunal de Contas .....	634	0,39	24.578.774	2,79
<b>Poder Judiciário</b> .....	4.362	2,68	66.767.813	7,57
Justiça Militar .....	32	0,02	830.845	0,09
Tribunal de Justiça .....	4.330	2,66	65.936.968	7,47
<b>Ministério Público</b> .....	419	0,26	10.013.071	1,14
<b>Poder Executivo — Administração Direta</b> .....	151.913	93,38	742.312.947	84,15
Beneficiários do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar .....	44	0,03	595.579	0,07
Brigada Militar .....	24.044	14,78	207.874.573	23,57
Defensoria Pública .....	246	0,15	6.367.635	0,72
Gabinete do Governador .....	74	0,05	522.967	0,06
Instituto-Geral de Perícias .....	573	0,35	6.221.773	0,71
Ferroviários .....	794	0,49	812.932	0,09
Polícia Civil .....	5.757	3,54	66.550.903	7,54
Procuradoria Geral .....	245	0,15	5.523.138	0,63
Reforço de proventos .....	815	0,50	5.176.777	0,59
Secretaria da Agricultura e Pecuária .....	2.250	1,38	10.566.724	1,20
Secretaria da Cultura .....	201	0,12	1.286.795	0,15
Secretaria da Casa Civil .....	12	0,01	60.396	0,01
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia .....	96	0,06	687.1036	0,08
Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo .....	14	0,01	55.141	0,01
Secretaria da Educação .....	104.014	63,94	320.461.131	36,33
Secretaria da Fazenda .....	2.165	1,33	48.792.139	5,53
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos .....	1	0,00	14.225	0,00
Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável .....	53	0,03	240.684	0,03
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos .....	2.810	1,73	14.843.634	1,68
Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação .....	205	0,13	1.053.684	0,12
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional .....	207	0,13	1.517.470	0,17
Secretaria da Saúde .....	5.368	3,30	23.978.109	2,72
Secretaria da Segurança Pública .....	306	0,19	2.803.581	0,32
Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer .....	9	0,01	75.211	0,01
Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social .....	37	0,02	152.217	0,02
Secretaria dos Transportes e Mobilidade .....	88	0,05	876.019	0,10
Superintendência de Serviços Penitenciários .....	1.485	0,91	15.202.374	1,72
<b>Poder Executivo — Administração Indireta</b> .....	4.663	2,87	22.413.346	2,54
Fundações .....	22	0,01	219.756	0,02
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser .....	15	0,01	192.642	0,02
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária .....	5	0,00	15.948	0,00
Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler .....	1	0,00	5.887	0,00
Fundação Zoobotânica .....	1	0,00	5.279	0,00
Autarquias .....	4.663	2,87	22.413.346	2,54
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Delegados .....	2	0,00	28.749	0,00
Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem .....	2.562	1,57	9.459.373	1,07
Departamento Estadual de Trânsito .....	18	0,01	169.660	0,02
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	1.116	0,69	6.100.305	0,69
Instituto Rio Grandense do Arroz .....	236	0,15	1.325.489	0,15
Superintendência de Porto do Rio Grande .....	127	0,08	1.197.572	0,14
Superintendência de Portos e Hidrovias .....	602	0,37	4.132.199	0,47
<b>TOTAL</b> .....	162.684	100,00	882.120.409	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

Tabela A.3

Número de vínculos e total das vantagens de servidores públicos ativos e inativos do Estado do Rio Grande do Sul — 2016

PODERES E SETORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	VÍNCULOS		VANTAGENS	
	Total	Percentual	Total	Percentual
<b>Poder Legislativo</b> .....	3.740	1,17	75.964.064	4,40
Assembleia Legislativa .....	2.227	0,70	34.176.914	1,98
Tribunal de Contas .....	1.513	0,47	41.787.150	2,42
<b>Poder Judiciário</b> .....	13.541	4,24	179.374.056	10,40
Justiça Militar .....	133	0,04	2.139.918	0,12
Tribunal de Justiça .....	13.408	4,20	177.234.138	10,27
<b>Ministério Público</b> .....	3.399	1,06	58.896.565	3,41
<b>Poder Executivo — Administração Direta</b> .....	284.882	89,21	1.324.323.282	76,77
Beneficiários do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar .....	44	0,01	595.579	0,03
Brigada Militar .....	44.595	13,96	337.099.389	19,54
Coordenação de Comunicação .....	51	0,02	307.561	0,02
Defensoria Pública .....	1.102	0,35	23.148.168	1,34
Gabinete do Governador .....	167	0,05	1.117.581	0,06
Inativos ferroviários .....	794	0,25	812.932	0,05
Instituto-Geral de Perícias .....	1.481	0,46	14.253.164	0,83
Polícia Civil .....	11.261	3,53	120.893.294	7,01
Procuradoria Geral .....	1.357	0,42	21.045.937	1,22
Reforço de proventos .....	815	0,26	5.176.777	0,30
Secretaria da Agricultura e Pecuária .....	3.531	1,11	18.094.426	1,05
Secretaria da Cultura .....	425	0,13	2.642.815	0,15
Secretaria da Casa Civil .....	309	0,10	1.846.793	0,11
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia .....	269	0,08	1.876.634	0,11
Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo .....	151	0,05	686.932	0,04
Secretaria da Educação .....	192.909	60,41	550.850.164	31,93
Secretaria da Fazenda .....	3.730	1,17	81.025.825	4,70
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos .....	72	0,02	384.110	0,02
Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável .....	300	0,09	1.513.593	0,09
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos .....	4.060	1,27	23.828.399	1,38
Secretaria da Saúde .....	9.406	2,95	49.951.023	2,90
Secretaria da Segurança Pública .....	636	0,20	5.749.652	0,33
Secretaria de Minas e Energia .....	24	0,01	146.294	0,01
Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação .....	493	0,15	3.129.506	0,18
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional .....	355	0,11	3.222.237	0,19
Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer .....	69	0,02	416.882	0,02
Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social .....	110	0,03	517.389	0,03
Secretaria dos Transportes e Mobilidade .....	143	0,04	1.154.057	0,07
Secretaria Geral do Governo .....	32	0,01	226.428	0,01
Superintendência de Serviços Penitenciários .....	6.191	1,94	52.609.738	3,05
<b>Poder Executivo — Administração Indireta</b> .....	13.774	4,31	86.677.586	5,11
Fundações .....	5.787	1,81	41.563.968	2,41
Fundação de Amparo à Pesquisa .....	42	0,01	198.295	0,01
Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades .....	122	0,04	625.995	0,04
Fundação de Atendimento Socioeducativo .....	1.674	0,52	13.252.124	0,77
Fundação de Ciência e Tecnologia .....	224	0,07	1.759.092	0,10
Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos .....	79	0,02	473.671	0,03
Fundação do Esporte e Lazer .....	24	0,01	123.635	0,01
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser .....	176	0,06	1.957.309	0,11
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária .....	222	0,07	1.080.864	0,06
Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler .....	335	0,10	3.395.980	0,20
Fundação de Proteção Especial .....	794	0,25	5.372.381	0,31
Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional .....	128	0,04	795.469	0,05
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde .....	130	0,04	473.721	0,03
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha .....	289	0,09	2.414.106	0,14
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social .....	558	0,17	2.422.041	0,14
Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore .....	9	0,00	45.913	0,00
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre .....	96	0,03	787.028	0,05
Fundação Piratini .....	245	0,08	1.492.752	0,09
Fundação Teatro São Pedro .....	13	0,00	71.204	0,00
Fundação Zoobotânica .....	189	0,06	1.157.964	0,07
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul .....	438	0,14	3.664.426	0,21
Autarquias .....	7.987	2,50	44.837.563	2,60
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Delegados .....	77	0,02	730.960	0,04
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento .....	54	0,02	385.535	0,02
Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem .....	3.853	1,21	14.923.037	0,87
Departamento Estadual de Trânsito .....	824	0,26	7.608.270	0,44
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	1.529	0,48	8.586.460	0,50
Instituto Rio Grandense do Arroz .....	494	0,15	2.401.810	0,14
Superintendência de Porto do Rio Grande .....	356	0,11	4.505.877	0,26
Superintendência de Portos e Hidrovias .....	800	0,25	5.695.614	0,33
<b>TOTAL</b> .....	319.336	100,00	1.724.959.501	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda (Rio Grande do Sul, 2016).

## Referências

---

- ANDREIS, T. F. Previdência e finanças públicas estaduais: novas perspectivas? In: PICHLER, W. A. *et al.* (Org.). **Panorama socioeconômico e perspectivas para a economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 2014. p. 363-380.
- AVILA, R. I.; GIULIAN, A. T. **Resenha de “O capital no século XXI”**. Porto Alegre: FEE, 2014. (Textos para Discussão FEE, n. 123).
- CARVALHO, F. J. C. de. The changing role and strategies of the IMF and the perspectives for the emerging countries. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 3-17, jan./mar. 2000.
- ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton: Princeton University, 1998.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **População**. 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2016.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Produto Interno Bruto** — Rio Grande do Sul. 2017. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 4 abr. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **[Site institucional]**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse estatística da educação básica**. 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- PIKETTY, T. **Capital in the twenty-first century**. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Boletim Informativo de Pessoal**. 2016. Disponível em: <<https://www.sefaz.rs.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2016.

